

AS NOVAS PRÁTICAS DE REPRESENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E ALTERIDADES NOS MUSEUS BRASILEIROS¹.

Rose Moreira de Miranda

Departamento de Museus e Centros Culturais - IPHAN/ MinC, Brasil

Resumo:

Lançado em 2006, o Cadastro Nacional de Museus foi planejado como um sistema de informação capaz de refletir a diversidade museal brasileira, no contexto complexo da contemporaneidade. A investigação sobre a história dos museus, seus acervos, espaços que ocupam, aspectos relativos à segurança, formação dos profissionais, além das atividades e serviços prestados à sociedade tem a função de oferecer, tanto ao gestor público, as informações estatísticas necessárias ao estabelecimento de políticas públicas para o setor, como para o pesquisador, a possibilidade de análise do papel dos museus no panorama cultural. É neste universo que pretendemos analisar o caso específico de quatro instituições museológicas localizadas nas regiões norte, nordeste e sudeste do país, que foram planejadas, criadas e são geridas sem o apoio do estado. São museus que mesmo sem disporem de saber técnico especializado encontram grande eco na comunidade local, por funcionarem como instrumentos de registro de histórias dissonantes construídas pelos movimentos sociais, pelas minorias e também por particulares.

Palavras Chave:

Museus no Mundo Contemporâneo; Museus Brasileiros e Cadastro Nacional de Museus

I - INTRODUÇÃO

A trajetória histórica do museu no mundo ocidental é um importante meio de análise da gênese e constituição desta instituição, bem como de suas funcionalidades e utilizações em sociedades e grupos diversificados. Estudar essa relação permite a contextualização da instituição museológica enquanto fenômeno social e, como tal, permite-nos verificar que longe de ser homogênea e linear, a instituição museal é heterogênea e cambiante. Nesse sentido, ao falar de museu, talvez seja mais apropriado utilizar o termo no plural: museus, para que assim seja possível abarcar toda sua diversidade.

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil

Este pressuposto torna-se ainda mais necessário no mundo contemporâneo, quando muitas instituições museológicas promoveram a reformulação de conceitos, a expansão de fronteiras e a incorporação de diferentes tecnologias. Porém, a transformação mais surpreendente neste campo não ocorreu dentro dos museus. Ela foi promovida por agentes oriundos de grupos marginalizados, que passaram a se apropriar dos museus. O termo apropriação é aqui utilizado propositalmente, pois este fenômeno não se refere às práticas institucionais promovidas, a partir da segunda metade do século XX, em busca da construção de um museu dialógico. A palavra apropriação é utilizada em seu sentido literal, conforme descrito no dicionário Aurélio: “tomar como propriedade, como seu; arrogar-se a posse de.” Desta forma, visamos ressaltar a prática empreendida por sujeitos que, por dificuldades sociais ou econômicas, muitas vezes não tiveram a oportunidade de avançar em sua educação formal ou mesmo de frequentar museus e, por isso, poderiam enxergá-los a partir da lente do senso-comum. Ou seja, tratar os museus como instituições similares a depósitos, onde é ressaltada a sua função cumulativa ou, ainda, como locais elitistas, próprios à exposição de discursos hegemônicos produzidos pelo estado. Sendo capazes de romper com uma visão preconceituosa, esses agentes sociais escolheram os museus como palco de construção ou reafirmação de suas histórias, de suas identidades e também das alteridades.

No Brasil, este novo processo museológico foi incorporado às práticas promovidas pela Política Nacional de Museus (PNM), desde seu processo de elaboração até a concretização de diferentes ações. Resultante de uma ampla construção democrática, a PNM foi redigida por profissionais e instituições que, em 2003, mostravam-se atentos ao processo acima relacionado. Em suas bases conceituais estão explicitadas importantes questões como: a necessidade de democratização dos espaços museológicos, a ampliação do acesso aos bens culturais, e, ainda, a promoção de estratégias de participação de diferentes comunidades no gerenciamento de seus patrimônios culturais. Estes são princípios orientadores presentes em programas e projetos desenvolvidos pela PNM, em conjunto com o Sistema Brasileiro de Museus, que buscam produzir e implantar meios de ampliação do campo museológico brasileiro.

Sendo assim, uma das primeiras preocupações do Sistema Brasileiro de Museus foi sanar a inexistência de dados quantitativos e qualitativos sobre os museus brasileiros. A carência de informações consistentes e atualizadas impossibilitavam a análise do impacto político, social e econômico das instituições museais em nível local, regional ou nacional. Para isso, foi planejado o Cadastro Nacional de Museus (CNM), um instrumento dinâmico e contínuo de construção do conhecimento, capaz de integrar e refletir a diversidade dos museus brasileiros.

Lançado em março de 2006, o CNM mapeou em pouco mais de dois anos, 2.536 museus em todo território nacional. Este número representa o conhecimento de 285% a mais de instituições levantadas por publicações especializadas a partir da década de 1980. Porém, mais do que números, o CNM através de sua metodologia censitária, tem compartilhado nacionalmente experiências que até então não haviam sido reveladas. Através de sua base de dados *on-line* é possível acessar dados relativos ao histórico de formação, acervo, serviços e atividades de museus de diferentes tipologias, tamanhos e propostas, sejam da esfera pública ou privada. Uma parte desse universo é composta pelas experiências que refletem a apropriação dos museus enquanto lócus estratégico de divulgação e resistência identitária e cultural. Nesse artigo, iremos analisar a experiência empreendida por quatro dessas instituições: duas localizadas na cidade de Lauro de Freitas (BA), uma no município de Benjamin Constant (AM) e a última na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

II - Lauro de Freitas – Bahia – Região Nordeste Brasileira

O município de Lauro de Freitas está localizado na Região Metropolitana de Salvador, em uma distância de 30 quilômetros da capital do estado. Possui, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)², uma população de 113.453 habitantes, espalhados em 60 Km². É também considerado um dos municípios mais industrializados da Bahia, ocupando a 3ª posição entre eles.

Segundo o mapeamento realizado pelo Cadastro Nacional de Museus, a cidade de Lauro de Freitas possui duas instituições museológicas. Ambas são o resultado direto da iniciativa de agentes da sociedade civil, que se apropriaram do processo museológico como forma de preservar e partilhar valores comuns, ligados aos campos social, cultural, étnico e religioso. Trata-se do Museu Comunitário Mãe Mirinha de Portão e o Museu Afro Omon Ajagunan.

O primeiro museu do município foi inaugurado em 1989, mesmo ano de falecimento da Ialorixá Altanira Maria Conceição Souza, mais conhecida como Mãe Mirinha do Portão. Seus “filhos” e seguidores optaram por fundar um museu não só como forma de homenagem a sua memória, mas como meio principal de continuar o trabalho social que era desenvolvido por Mãe Mirinha na localidade, destacando-se campanhas de alimentação, promovidas com auxílio de empresários, e a melhoria de serviços de saúde e de infra-estrutura. Instalado no Terreiro São Jorge Filho da Goméia, o museu tem definida como missão a articulação de

² Dados referentes a 2007, disponíveis na banco de dados Cidades, do IBGE. Consulta realizada em 20/04/2008 no endereço: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>

práticas representativas do patrimônio cultural, na comunidade de Portão e adjacências, que possibilitem a valorização do homem, tendo como base ações de pesquisa e de comunicação de seus referenciais. (cadastro do Museu Mãe Mirinha de Portão apud Cadastro Nacional de Museus, 2008). Para isso, são promovidos projetos educativos e atividades culturais que visam estimular e ampliar a participação da comunidade no museu, com vistas à criação de ações conjuntas de inclusão social e democratização do conhecimento.

No Museu Comunitário Mãe Mirinha de Portão, como seu próprio nome indica, o trabalho de preservação da memória só é revestido de significado a partir do envolvimento da comunidade. Neste caso, a homenagem a Mãe Mirinha extrapola a denominação dada à instituição ou a exposição de objetos de seu acervo pessoal. A manutenção de sua memória está diretamente associada a sua visão de desenvolvimento humano, a partir de práticas coletivas.

A segunda instituição museológica inaugurada na cidade de Lauro de Freitas, foi o Museu Afro Omon Ajagunan. Em 2005, o Babalorixá Aristides Mascarenhas, conhecido como Pai Ari D'Ajagunã, resolveu fundar o museu com o objetivo principal de “preencher uma lacuna de falta de instituições culturais sobre a religião de matrizes Africana.” (cadastro do Museu Afro Omon Ajagunan apud Cadastro Nacional de Museus, 2008). O museu é gerido pela Fundação Cultural Ajagunã e funciona no bairro de Areia Branca, no Terreiro de Candomblé Ilê Asé Opô Ajagunã, que foi tombado pelo Governo do Estado da Bahia, em 28/12/2005, e foi reconhecido como patrimônio afrodescendente, pela Fundação Cultural Palmares e o Ministério da Cultura.

O Museu Afro Omon Ajagunan possui cerca de 120 objetos, destacando-se mobiliário, indumentárias, adereços e fotografias. Neste universo, 20 bens culturais foram tombados pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC). Promove atividades sociais, culturais e religiosas que não se restringem somente ao museu, mas que ocupam todo o terreiro, e são voltadas para a comunidade em geral.

As duas instituições museológicas da cidade de Lauro de Freitas são privadas e caracterizam-se pela escolha intencional de aliar a atividade museológica à atividade religiosa, ambas ocorrendo no mesmo território. A prática da preservação só é revestida de sentido quando aliada à prática simbólica, sendo necessária para isso uma co-existência espacial. Essa associação é de tal forma significativa, que vem sendo empregada por outros museus congêneres no país.

Os terreiros de candomblé constituem-se em territórios de memória, onde os bens culturais representativos do patrimônio étnico e religioso dos afrodescendentes são integrantes de um movimento de resistência cultural contra a marginalização racial e social. Esse

movimento, no entanto, não encontra no poder público local e regional nenhum tipo de apoio, subsídio ou mesmo divulgação. De tal forma que no sítio eletrônico oficial da Prefeitura de Lauro de Freitas (<http://www.laurodefreitas.ba.gov.br>) não há nenhuma menção a essas duas instituições, mesmo sendo estes os únicos museus da cidade.

III - Benjamin Constant - Amazonas – Região Norte Brasileira

Os índios Ticuna constituem, segundo dados apresentados pelo Instituto SocioAmbiental, uma população de 32.613 indivíduos, que se estendem pelo Brasil, Colômbia e Peru. As aldeias em solo brasileiro, conforme explicitado pelo Conselho Geral da Tribo Ticuna, localizam-se em uma vasta área da Amazônia, que inclui desde o Alto Solimões até o município de Beruri, próximo a Manaus.

Seguindo seus padrões tradicionais, os Ticunas viviam em constante deslocamento em seu território. No entanto, diferentes fatores como a guerra com outros grupos indígenas e o período da exploração da borracha na Amazônia, impulsionaram a busca de territórios que favorecessem melhores condições de subsistência, fato que gerou uma conseqüente demanda pela demarcação de terras.

No final da década de 1980, em meio à mobilização pela defesa de seu território e a integridade física e cultural das comunidades, os Ticuna começaram a pensar e organizar um museu tribal (Freire, 1999). Foram coletados, doados e comprados vários objetos dos municípios de São Paulo de Olivença, Tabatinga, Santo Antônio da Iça e Benjamin Constant, para a constituição de um museu.

O museu foi inaugurado no início da década de 1990, com o nome de Museu Magüta, no município de Benjamin Constant, localizado no estado do Amazonas. A cidade possui uma extensão territorial de 8.793 km² e uma população de 29.268 habitantes.

Diferentes especialistas que estudaram os Ticuna neste período, apontam a criação do museu como uma importante estratégia adotada pelos índios para evidenciar uma cultura baseada em modos específicos de apropriação dos recursos de um determinado território. A construção desta narrativa serviria tanto para a valorização da identidade étnica, pelos próprios membros Ticuna, como seria elemento estratégico para a sensibilização de diferentes segmentos da sociedade brasileira, da necessidade de preservação de saberes e fazeres próprios.

A potencialidade de impacto desta ação foi de tal ordem, que Freire (1999) afirma:

“Mas os índios não foram os únicos a pressentir essa relação museu - terra. Desconfiaram dela políticos, madeireiros e latifundiários, que buscaram apoio popular local contra o Museu, com relativo sucesso. O próprio prefeito de

Benjamin Constant convocou uma concorrida manifestação de rua, carregada de hostilidade, contra a demarcação das terras indígenas, em frente ao museu, na hora prevista para sua inauguração, obrigando o cancelamento da solenidade e seu adiamento. A exposição permanente só foi aberta ao público três semanas depois, em dezembro de 1991, graças à repercussão na imprensa, aos protestos de instituições como a Universidade do Amazonas e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e à intervenção do Comando Militar da Amazônia.”

Por outro lado, é curioso notar que no questionário de cadastramento do Museu Magüta, junto ao Cadastro Nacional de Museus, não há qualquer contextualização de criação do museu relacionada à questão da luta pela demarcação da terra. Em seu histórico, a constituição do espaço museal é creditada como recurso de divulgação da cultura Ticuna, em busca da redução do preconceito sofrido pelos membros da tribo. Seria interessante investigar se a causa da omissão destas informações, dezessete anos após a inauguração do museu, é reflexo de um esquecimento ou desconhecimento da história por parte do responsável pelo preenchimento do questionário, ou é a tradução de um esquecimento ou desconhecimento da memória coletiva.

Independentemente da real motivação geradora do Museu Magüta, o fato mais relevante deste processo é a ressignificação dada pelos índios a um equipamento cultural que muitas vezes é associado à elitização do saber. A apropriação foi realizada em tal grau, que desde a sua fundação o museu é gerido pela própria tribo, e todas as suas atividades e projetos são realizados por integrantes deste grupo social.

IV - Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Região Sudeste Brasileira

No dia 08 de maio de 2006, em meio à comemoração da Semana Nacional de Museus, a imprensa anunciava com destaque a inauguração do primeiro museu em uma favela no Rio de Janeiro: o Museu da Maré. Apesar de sua ampla divulgação, o evento como apontado por Mário de Souza Chagas e Regina Abreu (2007) não era uma novidade. Segundo os autores, o primeiro museu deste gênero se constituiu em 1996, no bairro do Caju, no mesmo local que serviu de casa de banhos medicinais à D. João VI. Trata-se do Museu da Limpeza Urbana – Casa de Banhos de D. João VI, localizado também na cidade do Rio de Janeiro.

O ineditismo da ação era, a exemplo do ocorrido com o Museu Magüta, a utilização do museu como “ferramenta” (Chagas, Júnior, 2006) para a construção de uma escrita coletiva da memória, pelos agentes sociais pertencentes à Maré. A região possui o maior

complexo de favelas da cidade do Rio de Janeiro, divididos em aproximadamente dezesseis microbairros, localizados à margem da Baía de Guanabara. A Maré se caracteriza por um baixo índice de desenvolvimento humano associado a altos indicadores de violência.

Instalado em um galpão industrial destinado ao reparo de peças navais, o museu nasceu do desdobramento da TV Maré, uma experiência nascida em 1989, que visava registrar imagens da região e documentar a experiência de seus moradores. Esta iniciativa culminou com a fundação, em 1997, do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), que veio contribuir para o desenvolvimento de projetos variados de pesquisa, registro, preservação e difusão de memórias aliadas a ações educativas e informativas.

O desejo em constituir um museu foi o passo seguinte dado por um grupo de jovens oriundos da própria Maré, que em encontros com o museólogo, professor e poeta Mário de Souza Chagas, idealizou uma instituição onde o verbo estaria conjugado na primeira pessoa do plural: nós. Uma instituição pensada, escrita e desenhada pela comunidade, que utiliza a linguagem museológica para narrar suas próprias histórias.

Esta experiência de caráter inclusivo tem demonstrado o seu êxito. Segundo os seus dirigentes, o museu é definido como “um sucesso de público tendo resultados, como: crescimento da auto-estima da comunidade, o despertar para a riqueza e o valor de sua história.” (cadastro do Museu da Maré apud Cadastro Nacional de Museus, 2008).

V - Conclusão

Estudiosos das áreas humanas e sociais apontam o mundo contemporâneo como espaço de realocação de discursos relacionados à modernidade, o que traduz novos paradigmas para os indivíduos, as comunidades e suas instituições. No campo museológico esta premissa não poderia ser diferente. O século XX foi, sem sombra de dúvida, responsável pelas transformações mais profundas ocasionadas nas práticas museais.

A discussão em torno do papel e das funções dos museus, que ora segue em curso, foi compreendida e incorporada em diferentes escalas nas instituições. A partir do espaço, alguns museus optaram por instalar-se em edifícios ícones da arquitetura moderna e contemporânea, enquanto outros resolveram abandonar os limites da edificação e musealizaram territórios. As coleções também foram repensadas a partir do alargamento da noção de patrimônio e da valorização de bens culturais de diferentes tipologias e origens. No entanto, estas fronteiras foram ainda mais ampliadas por alguns museus, sobretudo os museus de arte contemporânea, ao desafiarem as noções do que é permanente, tanto em relação ao acervo, como também a própria instituição museal. Relativa às atividades e serviços promovidos pelas instituições

museológicas, a questão da constituição de um espaço dialógico é central. Para isso, foram incorporadas novas áreas do conhecimento e também novas tecnologias ao processo museológico, em busca da maior inclusão de novos agentes sociais, que até então não haviam tido oportunidades de representação e também de participação.

O conceito de participação, no entanto, também não se mostrou suficiente no caso dos museus. De antropofágicas, as instituições museológicas passaram a ser objeto de antropofagias das comunidades (Chagas, 2005). A partir dos museus, indivíduos e grupos sociais constroem e reconstróem diretamente suas narrativas, sem mediações de atores externos. Na pós-modernidade o museu foi eleito o lócus privilegiado para as experiências de resistência e disputa de identidades e alteridades.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. Cadastro Nacional de Museus. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/cnm_apresentacao.htm>. Acesso em: 20 de abril de 2008.
- CHAGAS, Mário de Souza. Imaginação Museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2003, 307p.. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- CHAGAS, Mário de Souza. Museus: antropofagia da memória e do patrimônio. In: BRASIL, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: n.1, 2005.
- CHAGAS, Mário de Souza, ABREU, Regina. Museu da Maré: memórias e narrativas a favor da dignidade social. In: BRASIL, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia. Rio de Janeiro: n.3, 2007.
- CHAGAS, Mário de Souza, JÚNIOR, José do Nascimento. Museu e Política: apontamentos de uma cartografia. In: BRASIL, Ministério da Cultura, Departamento de Museus e Centros Culturais. Caderno de Diretrizes Museológicas. Brasília: 2006.
- FREIRE, José R. Bessa. A descoberta do museu pelos índios. Terra das Águas: Revista de Estudos Amazônicos. Brasília: Universidade de Brasília, ano 1, n.1, 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades@. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acesso em: 20 de abril de 2008.
- ISA (Instituto Socioambiental), 2008. Informações gerais sobre os 227 povos no Brasil contemporâneo. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pib/portugues/quonqua/quadro.asp>>. Acesso em: 20 de abril de 2008.

PREFEITURA DE LAURO DE FREITAS. Calendário de Festas. Disponível em: <http://www.laurodefreitas.ba.gov.br/admin/app_index.php?chave=9cc3fd62564a143fea1204960c7764d13be944ce&acao=exibir_composicao&menuview=no>. Acesso em: 21 de abril de 2008.